



Portal CFC

 www.cfc.org.br

Siga-nos nas redes sociais: @cfcbsb



Contato Assessoria de Imprensa



(61) 3314-9672



imprensacfc@cfc.org.br

EDIÇÃO ESPECIAL | REFORMA TRIBUTÁRIA



REFORMA TRIBUTÁRIA

Conheça as propostas e o que o CFC defende

PÁGINAS 4 E 5

SÉRIE

Curiosidades nos 75 anos do Sistema CFC/CRCs

PÁGINAS 8 E 9

ARTIGO

Mestres que formam e inspiram profissionais da contabilidade

PÁGINA 6

REPORTAGEM

Caminho para a promoção do desenvolvimento sustentável

PÁGINAS 10 E 11



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

PLENÁRIO DO CFC

Presidente

Contador Zulmir Ivânio Breda

Vice-presidentes

Contador Aécio Prado Dantas Júnior
Contador Idésio da Silva Coelho Júnior
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Contador João Altair Caetano dos Santos
Contadora Lucélia Lecheta
Contador Sergio Faraco
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Contadora Vitória Maria da Silva
Técnica em Contabilidade Maria Perpétua dos Santos

Conselheiros Efetivos

Contador Adriano de Andrade Marrocos
Contador Antônio das Graças Alves Ferreira
Contador Carlos Henrique do Nascimento
Contador Carlos Rubens de Oliveira
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel
Contador Garibaldi Dantas Filho
Contador Haroldo Santos Filho
Contador João Gregório Júnior
Contador José Gonçalves Campos Filho
Contador Lourival Alves Cavalcante
Contador Manoel Carlos de Oliveira Júnior
Contador Mateus Nascimento Calegari
Contador Sebastião Célio Costa Castro
Contador Palmira Leão de Souza
Contador Wellington do Carmo Cruz
Contadora Silvia Mara Leite Cavalcante
Contadora Ticiane Lima dos Santos

Conselheiros Suplentes

Contador Aloisio Rodrigues Da Silva
Contadora Ana Luiza Pereira Lima
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias
Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça
Contador Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Júnior
Contador Arleone Carlos Stelini
Contador Carlos Barcellos Damasceno
Contadora Clara Germana Gonçalves Rocha
Contador Elias Dib Caddah Neto
Contador Everildo Bento da Silva
Contador Francisco Fernandes de Oliveira
Contador Geraldo De Paula Batista Filho
Contador Glaydson Trajano Farias
Contador Heraldo de Jesus Campelo
Contador Leonardo Da Silveira Do Nascimento
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contador José Domingos Filho
Contadora Maria Constança Carneiro Galvão
Contadora Marisa Luciana Schwabe De Moraes
Contadora Nilva Amália Pasetto
Contador Pedro Gabriel Kenne da Silva
Contador Rivaldo Costa Sarmento
Contadora Vânia Labres da Silva
Contador Weberth Fernandes
Técnico em Contabilidade Farney Assis Rodrigues
Técnico em Contabilidade Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho

EXPEDIENTE

Diretora Executiva

Elys Tevania Alves de Carvalho

Jornal do CFC

Ano 23, n.º 158, janeiro a abril de 2021

Edição/jornalista responsável: Rafaella Feliciano – 7830/DF

Redação: Amanda Oliveira

Fabrizio Lourenço

Lorena Molter

Rafaella Feliciano

Projeto gráfico: Thiago Luis Gomes

Diagramação: Dianne Freitas

Revisão: Elaine Cristina Oliveira

Telefone: (61) 3314-9513

E-mail: comsocial@cfc.org.br

Conselho Federal de Contabilidade

SAUS Quadra 5, Bloco J, Edifício CFC

CEP 70070-920 – Brasília-DF

Telefone: (61) 3314-9600

Site: www.cfc.org.br | e-mail: cfc@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Zulmir Ivânio Breda

CAROS PROFISSIONAIS,

A primeira edição do Jornal do CFC foi publicada em maio de 1998 e tinha o nome de Boletim Informativo do Conselho Federal de Contabilidade. Naquele mesmo ano, passou a se chamar Boletim do Conselho Federal de Contabilidade. Na linha editorial, desde a primeira edição, o periódico abordava matérias de interesse para a classe contábil brasileira.

No ano 2000, seguindo a mesma essência, o informativo mudou para Boletim CFC e, um ano depois, em 2001, se consolidou como o conhecemos atualmente: Jornal do CFC. Em 2016, deixou de ser impresso e entrou definitivamente na era digital. O conteúdo e as matérias apresentadas se mantiveram fiéis ao jornal desde a sua criação, informando toda a classe sobre as principais notícias do Sistema CFC/CRCs.

Ao chegarmos nesta edição nº 158, o Jornal do CFC – que é referência em pesquisa pelo rico conteúdo que carrega –, tem resistido ao tempo e à veloz mudança provocada pela evolução tecnológica. Vivemos em uma sociedade globalizada, conectada pela internet com a informação – qualquer que seja, de modo rápido e fácil. E a contabilidade entrou nesse caminho sem volta.

Adaptar-nos aos novos desafios é um exercício diário ao qual estamos nos acostumando. E o Jornal do CFC, que tanto contribui com o pensamento da classe, se mantém firme e conectado com a era da informação contábil-digital.

Boa leitura.



Acervo/CFC



REDAM

PRORROGADO

prazo para pagamento

31 DE JULHO



PARCELE

EM ATÉ **18X** no cartão
de crédito

**100% de desconto no
cartão de débito ou
boleto bancário***

 **vamos
parcelar**

 **Sistema
CFC/CRCs**

#SomosContábeis

*anuidades, multas de infração e multas de eleição

MATERIA ESPECIAL >> REFORMA TRIBUTÁRIA

Conheça as propostas e o que o CFC defende

Grupo de Estudo apresentou nota técnica sobre o tema no início do ano.

Previsão é a de que a reforma estrutural seja finalizada dentro de cinco meses

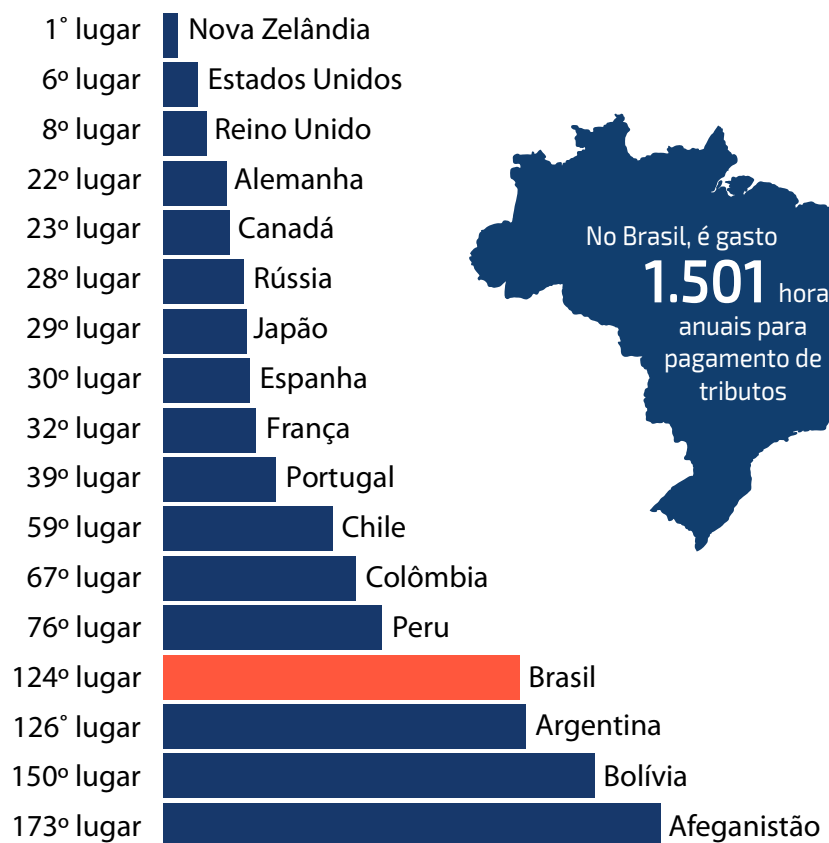
Por Amanda Oliveira (Comunicação CFC)

A Após dois anos de atuação, o Grupo de Estudo (GE) instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Portaria CFC n.º 76, de 29 de março de 2021, para elaborar um documento com contribuição técnica à reforma tributária, concluiu suas atividades. Os resultados dos trabalhos deram origem à nota técnica, publicada no dia 23 de março. O estudo, disponível para [download no portal do CFC](#), analisa as principais propostas (PECs n.ºs 45 e 110 e PL n.º 3.887) e a emenda substitutiva n.º 144 à PEC 110, que tramitam no Congresso Nacional.

As sugestões, com justificativas técnicas, foram elaboradas pelos contadores Antônio de Pádua Soares Pelicarpopo (MG), Ângela Andrade Dantas Mendonça (SE), José Maria Martins Mendes (CE), Alexandre Garcia Querquilli (SP), Paulo César Adorno (SP), Sérgio Approbato Machado Júnior (SP), Haroldo Santos Filho (ES), Diogo Ferri Chamun (RS), Márcio Lério da Silva (SP) e Reinaldo Pereira Lima Júnior (SP).

No documento, o grupo afirma que a posição ocupada pelo Brasil no *Doing Business 2020* é reflexo da complexidade do sistema tributário nacional e do custo que as empresas têm para se manterem em conformidade com a legislação brasileira. O relatório anual do Banco Mundial, que avalia o ambiente de negócios em 190 países, apontou que, em 2019, ano-base da pesquisa, foram necessárias 1.501 horas anuais para o pagamento de tributos no país. A média de tempo para cumprir as mesmas obrigações nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é 89% menor.

Posição no ranking de facilidade em fazer negócios - 2020



“Em centenas de milhares de atos normativos na legislação federal, estadual e municipal, podemos perceber a complexidade do atual sistema tributário. Esse é um dos principais problemas e entraves burocráticos em vigor no país. Apesar do avanço tecnológico de dados e informações, encontra-se, em certa medida, a exigir dados não inteiramente compactados em uma mesma plataforma de informações, incluindo-se as questões legislativas dos estados e dos municípios”, explica o coordenador do GE, Antônio de Pádua Soares Pelicarpopo.

Atualmente, os três projetos de reforma tributária – um criado pela Câmara dos Deputados, pelo Senado e outro pelo Governo, conduzido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes – buscam simplificar a cobrança de tributos por meio da unificação de impostos, mas discordam na quantidade de tributos e no período de transição.

No caso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB/SP), cinco tributos seriam extintos e haveria a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A PEC 110/2019, do senador Acir Gurgacz (PDT/RO), propõe a extinção de nove tributos que seriam substituídos pelo IBS e pelo Imposto Seletivo (IS). Já a primeira fase do Projeto de Lei (PL) 3.887/2020, de autoria do Governo federal, prevê a unificação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Entenda melhor: ao contrário das PECs, a proposta de emenda substitutiva n.º 144 à PEC 110, que traz os conceitos defendidos pelo movimento Simplifica Já, adota alterações significativas em âmbito infraconstitucional. O projeto, elaborado por técnicos em tributação, prevê a legislação nacional do ICMS e outra do ISS, com alíquotas únicas do ICMS por estado e do ISS por município.

Segundo a nota técnica divulgada pelo CFC, todas as propostas em trâmite visam à manutenção da arrecadação e tratam, exclusivamente, da tributação incidente sobre o consumo, não havendo, portanto, redução significativa de regressividade dos tributos sobre o consumo e redução da carga tributária. Os autores do relatório contestam a adoção de uma alíquota única do IBS e CBS para todos os bens e serviços, pois a medida pode gerar um aumento expressivo na tributação dos setores, que será repassado ao consumidor final e reduzirá as oportunidades de emprego.

“Entendemos que deverá haver um debate mais aprofundado sobre a possibilidade de faixas de alíquotas. Ressaltamos que não é uma modalidade nova, e já há muitos países que praticam o IVA com alíquotas diferenciadas. Como não haverá uma reforma tributária em todo o sistema tributário, mas só na parte que concerne à tributação sobre o consumo (pelo menos neste primeiro momento), os legisladores devem observar as peculiaridades da tributação atual vigente, principalmente para os setores de serviços e setores que possuam atividades essenciais (cesta básica, saúde, educação)”, informa o texto.

A desoneração linear da folha de pagamento e a manutenção do tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas (MPEs), já garantido pelo Art. 179 da Constituição Federal, também são apresentadas como alternativas. De acordo com eles, o ponto principal do trabalho é “preservar empregos, o tratamento diferenciado das micro e pequenas empresas e a neutralidade da carga tributária para todos os setores, uma vez que não pode um setor ser onerado em detrimento de outro setor”.

Para o presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenaccon) e membro do GE, Sérgio Approbato Machado Júnior, outro ponto importante neste processo é o redimensionamento do tamanho da máquina pública para que os ajustes tributários sejam equivalentes. “A reforma administrativa é tão importante quanto a tributária, pois ela traz uma

melhor condição de planejamento da parte fiscal do Estado e propicia um balizamento das contribuições feitas por toda a população brasileira”, levantou.

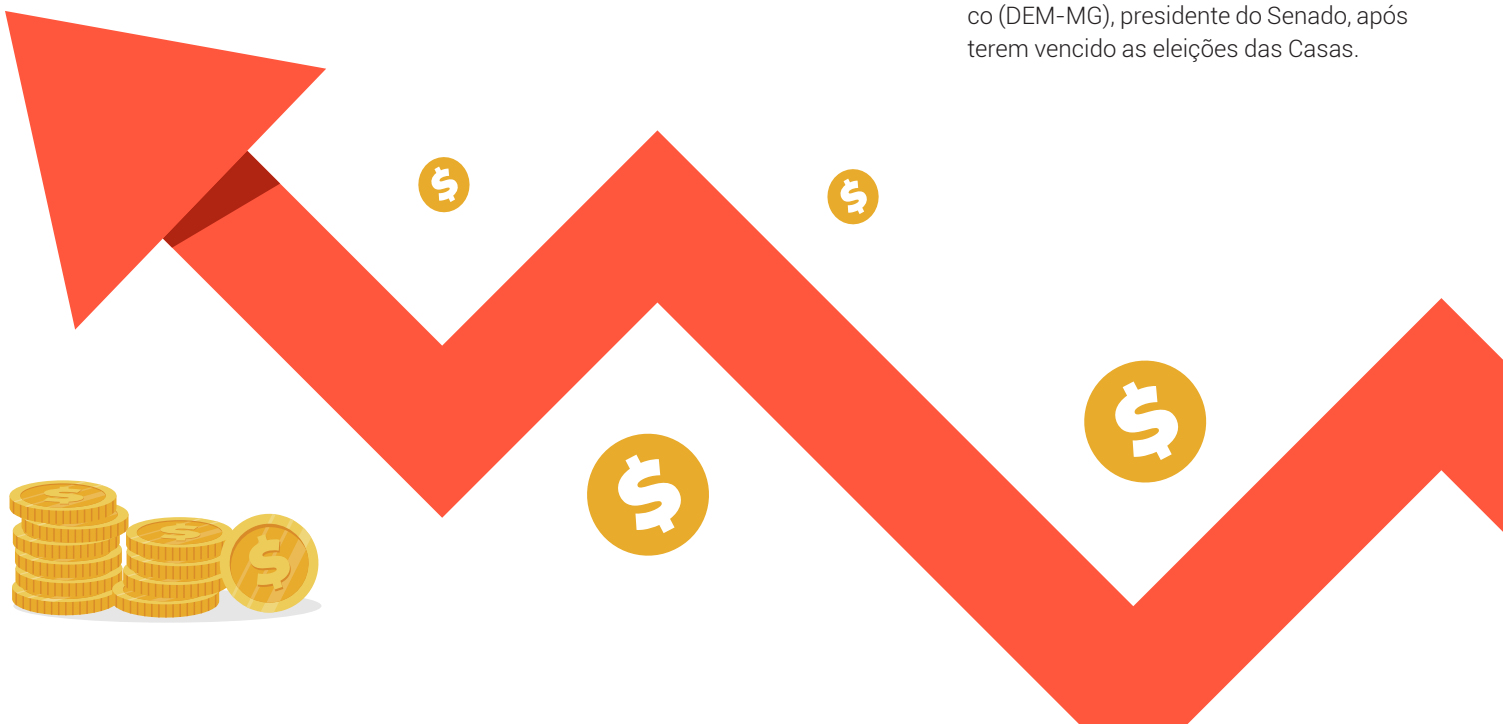
Por fim, o GE explica que o documento trata “de uma exposição preliminar baseada no presente momento, podendo sofrer alterações em vista das tramitações dos projetos e das possíveis alterações legislativas ao longo do seu processo de aprovação e sanção”, e reforça que o momento é de reflexão e não está propício para mudanças de grande impacto, tendo em vista a crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19.

CRONOGRAMA

No início de 2020, o Congresso instalou uma Comissão Mista para discutir o tema em audiências públicas e realizar uma fusão das três propostas. Inicialmente, o prazo se encerrava no dia 28 de agosto de 2020, mas, somente em maio de 2021, o grupo concluiu as atividades.

Em entrevista ao Correio Braziliense, fontes do Ministério da Economia afirmaram que a tramitação ocorrerá sem delongas porque as discussões estão “maduras”. Para agilizar a aprovação e iniciar por partes nas quais há consenso, o Governo federal e o Congresso concordaram em faltar a votação. O presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) pretende dividir a reforma em quatro eixos.

Para o ministro da Economia, a reforma estrutural deve ser concluída em cinco meses. Este é o mesmo prazo prometido, no início do ano, por Lira e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente do Senado, após terem vencido as eleições das Casas.



ARTIGO >> MULHERES QUE CONTAM

Mestres que formam e inspiram profissionais da contabilidade

Por Marisa Schwabe de Moraes

A presença das mulheres nos mais diferentes contextos nos parece, atualmente, fato incontestável. Esse cenário decorre, seguramente, de intensas “lutas” travadas por longa data, que permitiram superar incontáveis dificuldades e resultaram na tão desejada inserção no mercado de trabalho. Cenário talvez ainda não igualitário, como almejado – em termos de gênero –, mas, muito certamente, bem mais promissor que outrora. Outros desafios ainda serão superados – corrigir as visíveis desigualdades relativas à remuneração, por exemplo –, porém muito já foi feito.

No entanto, ainda que estejamos em um contexto mais propício, ocupar com competência o nosso espaço no mercado, sendo tão plurais e multifacetadas (leia-se aqui as incontáveis profissionais que acumulam as funções também de esposas e mães) exige, sim, um esforço redobrado.

Pense agora em conquistar esse espaço e ainda fazê-lo de tal forma que possa “marcar” o seu percurso a ponto de inspirar outras pessoas. Seria incrível, não? E é!

A presença das mulheres nos meios considerados mais intelectualizados (nas universidades, nas Academias de Contabilidade e nos Conselhos de Classe, por exemplo) pode – e creio firmemente que isso ocorra – “inspirar” outras gerações no sentido de buscarem também seus espaços, culminando com o seu merecido reconhecimento como profissionais.

Penso que – utilizando os exemplos já citados –, ao desempenharem seus papéis como professoras, pesquisadoras, membros de uma academia, ou como presidentes ou vice-presidentes de um Conselho de Classe, e considerando a relevância destas posições/funções, será dada a devida visibilidade a essas tantas possibilidades de atuação para as gerações que nos sucederão.

Se no âmbito das Ciências Contábeis, a mulher tem ocupado, de forma muito efetiva e valorosa, os seus mais variados espaços, no meio acadêmico, felizmente, não tem sido diferente, seja pela oferta de programas de *stricto sensu*, que vem se ampliando no país e tem possibilitado uma capacitação mais especializada das profissionais da contabilidade para o exercício da docência, seja pelo ingresso expressivo de mulheres nos cursos de graduação. Os avanços em termos acadêmicos são também bastante relevantes, tanto pelo volume de oferta de cursos bacharelados (são aproximadamente 1.500 cursos de graduação distribuídos por todas as regiões do país) como pelo número muito significativo de matriculados nesses cursos. Segundo o Censo de Educação Superior de 2019, eram mais de 358 mil estudantes, que coloca, inclusive, o curso de Ciências Contábeis na condição de 4º maior em número de matrículas e representa um aumento de 52% somente na última década. A contribuição das mulheres está exatamente no fato de que estes resultados têm parcela mais relevante nesses números quando analisado o gênero.

Utilizando-me de um jargão muito popular, que diz que “lugar de mulher” é, de fato, onde ela desejar estar, imagine quão gratificante é estar em um lugar – como a sala de aula –, contribuindo com a formação de outros(as) profissionais? Um lugar privilegiado e ao mesmo tempo de uma responsabilidade ímpar. Enfim, um enorme desafio!

Mas, superar desafios parece ser uma constante para todas nós, não? Então, só nos resta seguir tentando “marcar”, “inspirar” e fazer a diferença!



Acervo/CFC

Marisa Schwabe de Moraes

Conselheira do CFC



Uma História Brilhante



*Venha conhecer a história
dos 75 Anos de Criação dos
Conselhos de Contabilidade.
Uma História Brilhante!*



Aponte a câmera
para o QR code
e acesse o
livro sobre os
75 anos do
Sistema CFC/CRCs

SÉRIE >> ESPECIAL 75 ANOS

Curiosidades nos 75 anos do Sistema CFC/CRCs

Das primeiras reuniões aos tempos atuais, confira fatos e dados relevantes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade

Por Amanda Oliveira (Comunicação CFC)

Neste ano, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), que juntos formam o Sistema CFC/CRCs, comemoram 75 anos de existência. O Decreto-Lei n.º 9.295, que permitiu a criação do CFC e dos CRCs, consolidando-os no país, foi assinado em 27 maio de 1946, pelo então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra. Para comemorar essa trajetória de grandes e honrosas conquistas que beneficiam milhares de profissionais da contabilidade, que contribuem para o fortalecimento da profissão e que entregam, cada vez mais, serviços de excelência para a sociedade, o Jornal do CFC lança, com exclusividade, uma série especial com fatos que ocorreram ao longo dessa história. Em todas as edições do Jornal do CFC, que serão publicadas em 2021, vamos voltar no tempo e relembrar grandes fatos e conquistas que transformaram o Sistema CFC/CRCs em um dos conselhos de classe mais respeitados no país. Boa leitura.

1. EMBRIÃO DO SISTEMA CFC/CRCs

Em 1927, Francisco D'Áuria, um dos maiores pensadores da contabilidade brasileira, lançou a ideia de um "Registro Geral de Contabilistas do Brasil". A instituição, que chegou a ter um Conselho Perpétuo composto por grandes nomes da profissão daquela época, tinha como objetivo selecionar, de acordo com os títulos de habilitação, os profissionais aptos para o desempenho das atividades de contador. A iniciativa é considerada precursora do Sistema CFC/CRCs.



Acervo/CFC

Lançamento da pedra fundamental da sede própria do CFC em 1993.

2. PRIMEIRA PLENÁRIA

A primeira reunião Plenária do Conselho Federal de Contabilidade, presidida pelo conselheiro Paulo Lyra, aconteceu no dia 21 de agosto de 1946, no edifício do Ministério do Trabalho, no Rio de Janeiro. No primeiro encontro, os conselheiros trataram da elaboração do Regimento Interno do Conselho e da instalação dos Conselhos Regionais. A Plenária também aprovou a proposta do conselheiro Ferdinand Esberard, que sugeria a expedição de um ofício a todos os ministros de Estado, agradecendo o apoio à criação do decreto-lei.

3. CIDADE DO RIO DE JANEIRO CHEGOU A ABRIGAR SEDE DO CFC

Até o ano de 1966, a sede do Conselho Federal de Contabilidade estava instalada no Rio de Janeiro. A transferência da sede do CFC para Brasília ocorreu em função da determinação contida no Art. 3º do Decre-

to-Lei n.º 9.295/1946, que prevê a sede da entidade na capital federal. Em 1991, o projeto foi aprovado. As obras tiveram início em 1993, na gestão do presidente Ivan Carlos Gatti, e a inauguração do edifício aconteceu em 1996, pelo presidente José Maria Martins Mendes.

4. PRIMEIRA MULHER A TIRAR O REGISTRO

Em 10 de junho de 1947, Eny Pimenta de Moraes se tornou a primeira mulher a obter o registro da profissão contábil, ao se inscrever no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC/RJ). Na década de 50, as mulheres representavam 1,3% da classe contábil. Ao longo dos anos, esse número aumentou consideravelmente. Hoje, de acordo com dados do CFC, existem mais de 220 mil profissionais no país, chegando a quase 43% da categoria.

5. REPRESENTATIVIDADE DAS UNIDADES FEDERATIVAS

Nem sempre representantes de todas as unidades federativas – dos 26 estados e do Distrito Federal – estiveram presentes nas reuniões Plenárias. Até 2005, o Plenário do CFC era composto por 15 membros, com igual número de suplentes. Às vésperas da comemoração do sexagésimo aniversário de criação dos Conselhos de Contabilidade, a partir da Lei n.º 11.160, de 2 de agosto de 2005, o CFC passou a ser composto por um representante de cada Conselho Regional de Contabilidade, totalizando 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes, para um mandato de 4 anos, com renovação a cada biênio.

6. EXAME DE SUFICIÊNCIA EM 2011

A partir da Lei n.º 12.249/2010, sancionada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o CFC passou a realizar o Exame de Suficiência, suspenso em 2004. No dia 27 de março de 2011, a prova, com respaldo da lei, foi aplicada em 116 cidades brasileiras para mais de 16 mil bacharéis em Ciências Contábeis. Naquele ano, o então bacharel Clayton Domingues conquistou o primeiro lugar. Atualmente, ele ocupa o cargo de auditor no Ministério Público do Estado do Paraná.

7. TERMO "CONTABILISTA" DEIXA DE SER UTILIZADO

Em abril de 2012, o Conselho Federal de Contabilidade determinou que o Sistema CFC/CRCs passasse a substituir o termo "contabilista" por "profissional da contabilidade". De acordo com ofício dirigido aos CRCs, "a alteração da terminologia [...] deve-se ao processo de modernização da profissão. A edição da Lei n.º 12.249, pu-

blicada no dia 14 de junho de 2010, representou um marco nesse processo". O ofício informava também que "o Plenário do CFC deliberou pela substituição do termo 'contabilista' por 'profissional da contabilidade' quando houver referência conjunta a contadores e técnicos. Essa decisão vem sendo respeitada, inclusive, nos conteúdos das normas editadas pelo CFC."

8. EMBLEMA

O emblema do CFC é uma engrenagem que representa a integração da classe e a relação desta com o passado da instituição, mas com um olhar no presente e no futuro, na evolução e ascensão da profissão. Há também uma referência à bandeira do Brasil para simbolizar a importância da contabilidade que se projeta cada vez mais no âmbito da nação.

9. MUDANÇA DA CARTEIRA FÍSICA PARA A DIGITAL

Com os avanços tecnológicos, documentos pessoais, como a Carteira de Trabalho e o Título de Eleitor, migraram para o mundo digital. A tendência foi observada pelo Sistema CFC/CRCs quando lançou, em 2019, a carteira digital do profissional da contabilidade. Antes disso, a Carteira de Identidade Profissional era fabricada em cartão rígido e continha um moderno dispositivo de segurança antifraudes. O novo modelo, acessado totalmente em meio eletrônico, busca trazer mais agilidade e segurança para os profissionais da contabilidade.

10. ALÉM DA CONTABILIDADE

Em 2005, o CFC criou um programa que busca sensibilizar os contadores sobre a importância das ações de voluntariado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Com mais de 8 mil participantes, o Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC) é dividido em quatro subprogramas: Rede Nacional de Cidadania Fiscal, Educação Financeira, Doações ao Funcionário e Fundo do Idoso e ações locais de voluntariado. No início deste ano, em função dos impactos negativos gerados pela Covid-19, o PVCC promoveu duas grandes campanhas de arrecadação. A primeira teve início em janeiro, quando o sistema de saúde do Estado do Amazonas entrou em colapso. Já a segunda ação aconteceu em apoio à população do Acre, após um surto de dengue, falta de leitos para pacientes com coronavírus e a cheia de rios e seus afluentes, que deixou cerca de dez municípios alagados, afetando quase 120 mil pessoas. Ao redor do país, outras mobilizações estão em andamento para diminuir os impactos negativos da doença.

75
ANOS

DE CRIAÇÃO DOS
CONSELHOS DE
CONTABILIDADE

Uma História Brilhante

REPORTAGEM >> CONTABILIDADE PÚBLICA

Caminho para a promoção do desenvolvimento sustentável

A contabilidade pública é, na realidade, uma aliada da sociedade. Por meio de normas, processos e procedimentos padronizados e requisitos mínimos de sistemas informatizados

Por Lorena Molter (Comunicação CFC/Apex)

Ao falarmos da gestão dos gastos e dos investimentos, no âmbito dos governos municipais, estaduais e federal, podemos destacar um dos aliados do cidadão: o contador público. Normalmente associado a números, contas, estratégias e planejamentos, o trabalho desse profissional gera impactos que vão além das respostas técnicas e operacionais. Isso porque, a partir de suas atividades, são geradas informações e orientações que refletem na promoção de bem-estar social e no desenvolvimento sustentável do país.

A contabilidade pública é, na realidade, uma aliada da sociedade. Por meio de normas, processos e procedimentos padronizados e requisitos mínimos de sistemas informatizados, propicia que os recursos sejam aplicados de forma correta e, em consequência, que a população seja atendida em suas necessidades básicas, contribuindo para uma melhor qualidade de vida. A secretária especial adjunta da Secretaria Especial de Fazenda, Gildenora Batista Dantas Milhomem, afirma que o conceito de cidadania está ligado à posse dos direitos políticos, civis e sociais por parte da população, que, por sua vez, estão relacionados, por exemplo, ao direito de participação no exercício do poder político e ao direito ao bem-estar social e econômico.

Nesse contexto, a contabilidade pública é uma aliada do cidadão, como explica Milhomem. "A contabilidade pública auxilia nesse processo, pois é responsável pelo fornecimento das informações necessárias para que tais direitos possam ser exercidos pela população, como a correta apli-



Freepik.com

cação dos recursos pelos gestores em prol das políticas públicas definidas no processo de planejamento. Em suma, a contabilidade pública promove a transparência, característica essencial para a promoção da cidadania. O contador público, por sua vez, também desempenha papel essencial, contribuindo para o controle e a avaliação do custo dos serviços públicos, ao mensurar e evidenciar os recursos consumidos pelo Governo em suas unidades administrativas e nas atividades executadas na geração de bens e serviços ao cidadão", esclarece.

O trabalho desses profissionais da contabilidade contribui, inclusive, para o desenvolvimento sustentável nos três níveis de governo. Isso porque, por meio do diagnóstico correto dos ambientes interno e externo, é possível assessorar as lideranças sobre as alternativas de priorização de in-

vestimentos nos diversos setores da sociedade. "O contador que atua no setor público é peça fundamental no processo de tomada de decisão pelos gestores, pelo controle externo e social. Ele é o profissional habilitado responsável pelo reconhecimento, pela mensuração e pela evidenciação dos fatos que impactam a gestão do ente/órgão. Por meio das demonstrações contábeis, é possível identificar se o ente/órgão possui problemas de liquidez que possam, por exemplo, impactar o fornecimento dos serviços públicos à sociedade, como saúde, educação e segurança. Por outro lado, o contador pode, de forma tempestiva, fornecer insumos para uma melhor tomada de decisão por parte dos gestores públicos, favorecendo e garantindo o desenvolvimento sustentável e intergeracional dos entes públicos", pontua Milhomem.

Um dos exemplos desse trabalho de análise de dados para o direcionamento de investimentos e para a criação de soluções está relacionado às iniciativas de controle e de combate à pandemia da Covid-19. Somado a isso, há também as ações desenvolvidas para assistir as outras áreas afetadas durante a pandemia, como a educação e a economia. O ano de 2020 foi marcado pela publicação de uma série de leis e de normativos do Governo, que buscaram conter os impactos negativos gerados pelo novo coronavírus. Muitos desses documentos foram construídos a partir da assessoria dos contadores do setor público.

A coordenadora de Informações de Custos e do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Coinc), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Rosilene Oliveira de Souza, fala sobre como tem sido a atuação desses profissionais em prol da população durante a pandemia. “A pandemia de Covid-19 vem trazendo vários desafios para toda a sociedade. Dentre eles, destacam-se a necessidade da realização de investimentos nas áreas mais afetadas, como saúde, educação e assistência social, bem como o atendimento das necessidades que surgiram no decorrer da crise instalada. Assim, o contador não só tem condições de dar transparência aos gastos que estão sendo realizados, identificando sua aplicação, como também fornecendo insumos aos gestores, de forma tempestiva, para que decisões que possam afetar a população, sejam fundamentadas em indicadores técnicos, derivados do processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação realizado pelo contador”, contextualiza.

COMO ACOMPANHAR OS GASTOS PÚBLICOS RELACIONADOS À COVID-19

“Por meio da contabilidade, são disponibilizados em portais diversas informações sobre a execução das despesas relacionadas ao combate à pandemia de Covid-19”, afirma o subsecretário de Contabilidade Pública da STN, Heriberto Henrique Vilela do Nascimento.

Para garantir a transparência, o Tesouro Nacional mantém à disposição do cidadão, na internet, o Tesouro Transparente. No espaço virtual, por meio do tema “Contabilidade e Custos”, é possível acompanhar diferentes publicações. Nascimento



Acervo/CFC

“**A pandemia de Covid-19 vem trazendo vários desafios para toda a sociedade. Dentre eles, destacam-se a necessidade da realização de investimentos nas áreas mais afetadas, como saúde, educação e assistência social, bem como o atendimento das necessidades que surgiram no decorrer da crise instalada.**”

Rosilene Oliveira de Souza

Coordenadora de Informações de Custos e do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Coinc), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

explica quais são elas. “**I – Painel de Monitoramento dos Gastos com Covid-19;** e II) Boletim Foco em Custos (BFC) e o Portal de Custos do Governo federal. Por meio desses instrumentos, o cidadão tem acesso ao montante de custos, tanto de forma global (União) quanto de forma setorial (órgãos), podendo acompanhar quais itens de custo têm sido mais consumidos pelo Governo federal. O subsecretário exemplifica informações que podem ser encontradas a partir da ferramenta. “A título de exemplo, em 2020, é possível verificar o aumento dos custos do Ministério da Saúde, órgão

que atua na linha de frente contra a pandemia e, em contrapartida, uma redução dos custos de funcionamento, sobretudo nos demais ministérios e Poderes, com diárias e passagens, energia elétrica, telefonia e serviços prediais, decorrentes principalmente de inovações na gestão de pessoal com o trabalho remoto dos servidores públicos”, explica.

A IMPORTÂNCIA DA CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS AO PADRÃO INTERNACIONAL

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a STN vêm conduzindo o trabalho de convergência das normas do setor público. Essa atividade, que também conta com a assessoria de representantes dos estados, dos órgãos de controle externo e da academia, reflete diretamente na população brasileira. Isso porque traz como benefícios registros contábeis e diagnósticos mais precisos, o que possibilita o emprego de soluções mais assertivas.

O coordenador-geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação da STN (CCONF), Renato Perez Pucci, fala dos objetivos da conversão das normas. “O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, tendo como resultado a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, busca ampliar o horizonte de análise da situação econômica e fiscal do setor público, por meio da adoção do regime de competência que reflete nas demonstrações contábeis não somente as transações que impactem as disponibilidades da entidade (regime de caixa, bastante presente no plano orçamentário), mas também as que impactem patrimonialmente a situação líquida da entidade, como obrigações de longo prazo assumidas que possam comprometer a situação líquida futura”, esclarece.

O contador ainda destaca os impactos positivos do processo de convergência das normas para o país. “É oportuno, ainda, ressaltar outro ponto positivo da convergência aos padrões internacionais: tal processo torna-se determinante para a mensuração de custos no setor público, sobretudo pela adoção do regime de competência, indispensável à verificação do real momento em que o patrimônio público é consumido na geração de bens e serviços públicos”, avalia.

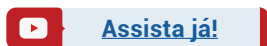
AGENDA >> EVENTOS E LIVES

Confira as principais lives e eventos realizados pelo CFC no período

Por Thatyane Nardelli (Comunicação CFC)

**FEVEREIRO****8º Circuito****Técnico**

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) realizou o 8º Circuito Técnico, na modalidade on-line, no dia 10 de fevereiro. O tema abordado nessa edição foi "DCTFWeb – Novidades e Principais Funcionalidades".

**Conexión****Educa y Aprende**

A Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), com o apoio do CFC e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), realizou, no dia 26 de fevereiro, a primeira edição de 2021 do projeto "Conexión educa y aprende – América intercambiando buenas prácticas para la formación del contador del futuro". A edição reuniu um time de profissionais que falaram sobre "Plataformas de conferências on-line de ensino", abordando as principais tendências do ensino contábil e as suas melhores práticas.

**MARÇO****IFAC – CE Fórum de 2021**

O presidente do CFC, Zulmir Breda, participou, nos dias 1º e 2 de março, do IFAC – CE Fórum de 2021. O evento, que é promovido anualmente pela Federação Internacional de Contadores (Ifac, na sigla em inglês), reúne executivos das entidades representativas dos contadores de todo o mundo. A possibilidade da criação de um novo Conselho de Padrões de Sustentabilidade (new SSB, em inglês) foi um dos destaques da programação, além do debate de questões referentes ao aprimoramento dos relatórios corporativos.

**Mulheres que Contam**

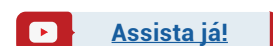
Comemorando o Dia Internacional da Mulher, o CFC realizou, no dia 8 de março, a live "Mulheres Que Contam – a importância do poder feminino para o desenvolvimento do país". O evento contou com a participação das presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade e vice-presidentes do CFC.

**As novidades da Rais ano-base 2020**

O CFC realizou uma live, no dia 10 de março, para apresentar as novidades e esclarecer as dúvidas do público sobre a Rais. O evento contou com a participação do auditor fiscal do Trabalho e coordenador-geral de Governo Digital Trabalhista, João Paulo Ferreira Machado, da coordenadora-geral de Cadastros, Identificação Profissional e Estudos no Ministério da Economia, Mariana Eugenio Almeida, e do subsecretário de Políticas Públicas de Trabalho, Sylvio Eugenio de Araújo Medeiros. A vice-presidente de Registro do CFC, contadora Lucélia Lecheta, foi a mediadora do evento.

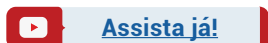
**II Semana Contábil e Fiscal****para Estados e Municípios****(Secofem On-line)**

O CFC realizou uma live, no dia 10 de março, para apresentar as novidades e esclarecer as dúvidas do público sobre a Rais. O evento contou com a participação do auditor fiscal do Trabalho e coordenador-geral de Governo Digital Trabalhista, João Paulo Ferreira Machado, da coordenadora-geral de Cadastros, Identificação Profissional e Estudos no Ministério da Economia, Mariana Eugenio Almeida, e do subsecretário de Políticas Públicas de Trabalho, Sylvio Eugenio de Araújo Medeiros. A vice-presidente de Registro do CFC, contadora Lucélia Lecheta, foi a mediadora do evento.



Curso on-line "Auditoria no Setor Público (NBASP e NBC TASP)"

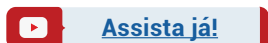
O CFC, em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), lançou, no dia 25 de março, o curso: "Auditoria no Setor Público (NBASP e NBC TASP)". O lançamento contou com a palestra magna "Visão do Banco Mundial sobre Auditoria Financeira", conduzida por Leonardo Silveira do Nascimento, especialista sênior em Gestão Financeira do Banco Mundial e membro do Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (GA/NBC TSP) junto ao CFC. O curso é direcionado a servidores dos Tribunais de Contas, mas os módulos, que terminaram em setembro, serão transmitidos no canal do YouTube do CFC.



ABRIL

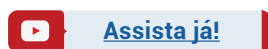
Lançamento da XXXIV CIC e XVIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul

Profissionais da contabilidade, professores da academia, alunos e grandes personalidades da classe contábil, brasileira e da América Latina, se reuniram, de forma on-line, no dia 6 de abril, para prestigiar a Solenidade de Lançamento da XXXIV Conferência Interamericana de Contabilidade e da XVIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. O lançamento contou com a presença dos presidentes do CFC, Zulmir Breda; da presidente do CRCRS, Ana Tércia; e da presidente da AIC, Maria Clara Bugarim. Os eventos estão previstos para ocorrerem de 19 a 21 de outubro, em Porto Alegre.



9º Circuito Técnico

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) realizou, no dia 16 de abril, o 9º Circuito Técnico. O projeto tem o objetivo de expandir o debate com a classe contábil, dar conhecimento dos assuntos que estão em discussão na Câmara Técnica do CFC, colher sugestões e incentivar a participação dos profissionais nas audiências públicas. Nessa edição, o tema foi "Revisão de Pares das Firmas de Auditoria".



MAIO

Seminário em comemoração aos 75 anos de criação dos Conselhos Regionais de Contabilidade e da regulamentação da profissão contábil

O Sistema CFC/CRCs celebrou, no dia 27 de maio, 75 anos da sua criação e da regulamentação da profissão contábil. A mesa virtual de abertura do evento contou com as presenças de várias personalidades do cenário contábil, com destaque para os presidentes do CFC, Zulmir Ivânio Breda; da AIC, Maria Clara Cavalcante Bugarim; do CRCSC, Rúbia Albers Magalhães, entre outros.



As demais edições do *Conexión Educa y Aprende* e do curso de Auditoria no Setor Público (NBASP e NBC TASP), ocorridas no período, já estão disponíveis no canal do CFC no YouTube. Siga-nos!



QUARTA-FEIRA
MEIO DIA (12H)



cfcbsb



SIGA-NOS NAS REDES: **CFCBSB**

Conheça a Edição Especial de 50 anos da RBC com o CFC

acesse cfc.org.br

